

INÍCIO DA IMIGRAÇÃO: CHEGADA DA PRIMEIRA LEVA*

Arlinda Rocha Nogueira

A partir de 1906 multiplicaram-se as tomadas de posição quanto a uma possível experiência com o braço japonês em nossa lavoura. Assim, por exemplo, o Presidente da Companhia de Imigração e Colonização de São Paulo, Bento Bueno, escrevendo a 14 de maio a Carlos Botelho¹, informava-o de que a referida Companhia estava habilitada a introduzir elementos nipônicos, sendo que havia mesmo combinado com a Imperial Companhia de Emigração do Japão, com inteira anuência do governo japonês, a vinda de 6.000 trabalhadores cuja entrada no Brasil dependia, apenas, da permissão do governo estadual. Propunha-se a trazer agricultores em sua maioria; somente 10% do total seria constituído de artífices e "criados de servir"². Comprometia-se a levar até o destino os imigrantes e respectivas bagagens e instrumentos de trabalho mediante o pagamento de 10 libras por passagem inteira; 5 libras por meia e 2 libras e meia por um quarto de passagem³, sendo que as crianças seriam transportadas gratuitamente; estavam incluídas nesses preços as despesas de propaganda, publicações, selos, direitos de saída e transporte no Japão. Seriam excluídas as passagens de todos os imigrantes que, não se achando nas condições regulamentares, devessem ser repatriados à custa da Companhia, por ordem do governo do Estado.

Anexo a este documento há um parecer de Eugênio Lefèvre, Diretor da Agência Oficial de Colonização e Trabalho, datado de 2 de setembro de 1906, no qual declarava que somente seria permitida a entrada de famílias de agricultores,

* Capítulo 7 do livro *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*. São Paulo, IEB, 1973. p. 87-105.

1. Arquivo do Estado de São Paulo, Processos da Secretaria da Agricultura, Ano 1906, Maço s/nº, Pasta 438. Interessado: Companhia de Imigração e Colonização de São Paulo.
2. Quanto a esse pormenor há anotado, a lápis, por um funcionário da Secretaria e datado de 2 de setembro de 1907, que, quanto aos artífices e criados de servir, nenhum contrato "admitiu essa categoria de imigrantes".
3. Em 1906, 10 libras correspondiam a 149\$700 réis; 5 libras a 74\$850 réis; 2,5 libras a 37\$425 réis.

mediante seleção na Hospedaria de Imigrantes. Por outro lado, caso o governo concordasse em trazê-las, a Companhia deveria sujeitar-se aos preços por ele fixados, como também ao número de elementos conduzidos⁴. Sabe-se, entretanto, que o processo foi arquivado no dia 27 de outubro e que para a vinda dos nipônicos, o governo assinou um contrato direto com a companhia japonesa especializada em assuntos de emigração.

Se havia os que encontravam uma solução para o problema da falta de mão-de-obra na introdução do braço oriental, havia, também, os que se opunham à penetração do nipônico no País. Fazia parte deste último grupo, ao que parece, Luís Guimarães, Encarregado dos Negócios do Brasil no Japão, pelo que se depreende de uma carta por ele enviada da Legação dos Estados Unidos do Brasil em Tokyo, a 23 de setembro de 1907, em caráter reservado, ao Barão do Rio Branco, então Ministro de Estado das Relações Exteriores. Dizia, textualmente, que com a introdução dos japoneses, o "Brasil se mete voluntariamente numa aventura perigosa", chamando a atenção para o fato de o Canadá, os Estados Unidos e a Austrália estarem fechando as portas ao nipônico, enquanto o Brasil abria as suas⁵. Por outro lado, temia que ocorresse o mesmo que em São Francisco e Vancouver, isto é, conflitos de interesses, pois iriam entrar em contato com italianos, alemães, espanhóis e portugueses; como "os japoneses vivem com qualquer miséria porque se alimentam de peixe com arroz, não podendo os brancos competir com eles nessa extraordinária frugalidade, e não podendo, por conseguinte, contentar-se com salários que para os japoneses resultam suficientes, o que fazem é revoltar-se contra os usurpadores do seu trabalho e do seu pão, num natural movimento de legítima defesa". Por fim, referia-se a certo artigo publicado num jornal japonês sobre o perigo alemão, e sobre o imaginário *imperium in imperio* que a Alemanha estaria fundando no Brasil, aconselhando os japoneses a imitar os alemães⁶. Aliás, a esse mesmo respeito, comunicara Luís Guimarães ao governo de São Paulo, no ano anterior (20 de março), a publicação de um artigo sob o título "O poder expansivo do povo alemão" no jornal *Nichi-nichi-Shinbun*, no qual o caso do Brasil era abordado em particular⁷. Embora declarasse ter respondido ao mesmo no *Japan Times* de Tokyo, no *Japan Mail* de Yokohama e no próprio *Nichi-cichi-Shinbun*, afirmava não estar

4. AESP, PSA, Ano 1906, Maço s/nº, Pasta 438. Interessado: Companhia de Imigração e Colonização de São Paulo.
5. Quanto ao Canadá, no ano seguinte, isto é, em 1908 segundo telegrama de Ottawa, datado de 15 de junho, o governo daquele país enviara uma nota ao Japão, informando que naquele ano não admitiria a entrada de novos imigrantes japoneses, pois nos cinco meses anteriores havia entrado maior número de nipônicos do que fora estipulado no contrato celebrado entre os dois países (*O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 jun./1908).
6. AESP, PSA, Ano 1908, Maço s/nº. Pasta 58. Interessado: Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas.
7. Localizamos o artigo em questão, datado de Tokyo, 4 de março (AESP, PSA, Ano 1906, Maço 36, Pasta 543).

convencido das intenções inocentes da Alemanha com relação ao Brasil. Concluía pela necessidade de passar o germânico por um processo de nacionalização, tornando obrigatório o ensino da língua portuguesa nas escolas e proibido o emprego do alemão nas repartições públicas⁸.

Apesar das opiniões não serem unanimemente favoráveis, os dois governos, tanto o japonês como o paulista, pareciam estar dispostos a levar avante tal empreendimento. Quanto ao Japão, fosse porque a situação econômico-financeira do Brasil se achasse mais estável, fosse porque a população japonesa crescesse dia a dia, fosse porque os portos de outras nações se estivessem fechando ao imigrante nipônico, o fato é que o governo imperial em 1906 demonstrou mais uma vez estar interessado em incrementar uma corrente emigratória para o Brasil⁹. Assim, no dia 19 de maio de 1906, Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado de São Paulo, recebia do Ministério das Relações Exteriores do Japão comunicado de que partira de Yokohama, a 21 de dezembro, com destino ao Brasil, Ryo Mizuno, para quem solicitava fossem dispensadas todas as facilidades¹⁰, pois na qualidade de Diretor Gerente da *Empire Emigration Company* de Tokyo, vinha ele visitar os centros agrícolas e observar as condições da lavoura, bem como de seus colonos, tendo em vista o estabelecimento de uma corrente emigratória Japão-Brasil¹¹.

A propósito dessa visita de Mizuno ao Brasil, Teijiro Suzuki¹², em seu livro, relata como em viagem para o Chile fora convencido por Ryo Mizuno a ser o "pioneiro dos imigrantes no Brasil" e a importância que a palavra pioneiro tivera em sua resolução de aqui ficar, muito embora os amigos o tivessem advertido que a *Imin Kaisha* o iria explorar. Assim, o medo se apossou dele, pois sabia que certas companhias de emigração tratavam os emigrantes como objetos e não como seres humanos¹³. Afora as primeiras impressões e dificuldades que teve ao desembarcar no Rio de Janeiro, narra a viagem que, em companhia de Mizuno, fez a algumas fazendas do interior do estado de São Paulo, visitando os municípios de Jundiaí, Campinas, a zona da Mogiana, culminando com as propriedades da zona de Ribeirão Preto, então já conhecido como a "Meca do café". Nessas andanças pelas fazendas

8. AESP, PSA, Ano 1906, Maço 36, Pasta 331. Interessado: Ministério das Relações Exteriores.

9. Em 1906, um dos distritos da província de Gunma, no Japão, solicitava informes ao Ministro das Relações Exteriores daquele país, sobre as condições oferecidas pelo estado de São Paulo para os imigrantes que para lá se dirigissem, visto haver ali grande número de interessados. A esta consulta, o Ministro respondeu que nada ainda estava definido, pois o problema encontrava-se ainda em fase de estudo. (IEB, Microfilme, Japão, Ministério das Relações Exteriores – 1868/1945, R 1, F 97,102).

10. Mizuno veio a bordo do navio *Gleufarg*, fretado pela companhia de navegação *Toyo Kisen Kaisha*, para inaugurar o serviço entre o Japão e os portos da América do Sul banhados pelo Oceano Pacífico.

11. AESP, PSA, Ano 1906, Maço 36, Pasta 331. Interessado: Ministério das Relações Exteriores.

12. SUZUKI, Teijiro. Pioneiros dos imigrantes japoneses no Brasil (transl. *Hakoku Nippon Imln no Kusawake*). São Paulo (1967).

13. Esta obra nos parece de grande interesse para o estudioso da imigração japonesa em nosso país, pois o autor que aqui chegou antes mesmo da primeira leva foi testado na lavoura para ver em que atividades os imigrantes se adaptariam melhor, oportunidade em que fez um relatório de suas experiências pessoais.

Dumont, São Martinho e outras mais, tiveram a oportunidade de conhecer de perto os cafezais, as instalações das fazendas, o trabalho nelas existente e tudo o mais de interesse para uma futura emigração do Japão para o Brasil. Anota, entre outras observações, o fato de terem ficado impressionados com uma família que havia colhido, num único dia, 38 sacas de café. Feitos os cálculos, verificaram, apressadamente, que uma família japonesa ganharia uma porção "fabulosa", o que levara Mizuno a ponderar que teria sido melhor se os japoneses houvessem emigrado para o Brasil ao invés de terem se dirigido para os Estados Unidos ou para o Hawaí. Suzuki critica o fato de não terem se preocupado, na hora, em verificar de quantos elementos essa família era composta ou mesmo se era um caso raro, ou não, entre centenas de outras famílias nas mesmas condições. Impressões errôneas como esta, dos enviados japoneses ao nosso país, tiveram certamente influência marcante nos termos da propaganda que do nosso território se fazia naquele do Sol Nascente. Assim se explica, em parte, o fato de muitos imigrantes ao chegarem ao Brasil virem embuídos da idéia de que em pouco tempo retornariam ricos à pátria de origem já que as oportunidades oferecidas por nossa lavoura cafeeira eram múltiplas e excelentes. Noção completamente fora da realidade, pois é sabido que ninguém consegue se enriquecer na lavoura do dia para a noite.

Em seguida Suzuki narra, com pormenores, como foi levado para a propriedade do fazendeiro Bento Bueno para ser "testado" em diferentes atividades. Confessa que sua primeira grande dificuldade foi a de comunicação: queria se expressar e não sabia, queria entender e não conseguia... Conta que recebeu um quarto na casa do escrivão da fazenda que era italiano, e que às refeições ele as fazia, de início, na casa de outro italiano, o fiscal de terreiro. A casa deste último lhe pareceu não diferir das demais da colônia, isto é, tinha as paredes vermelhas e o teto enegrecido pela fumaça. O almoço consistia, em geral, em arroz, e ele destaca que era feito com gordura (o que não ocorre no Japão), feijão e carne de porco salgada. Declara, à página 52, que o que lhe pesava mais era a fome. Sentia muito as horas intermediárias entre o jantar às 15 horas de um dia e o almoço às 9 horas do outro, pois nesse intervalo só era servido café sem mistura. Estranhava muito tal horário, pois no Japão estava acostumado a comer arroz pela manhã, ao meio dia e às 6 horas. Sua fome era de tal ordem que ficava envergonhado, durante as refeições, pela quantidade que comia, embora não lhe fizessem qualquer restrição nesse sentido. Conta que, nas noites de luar, andava cerca de 4 km para comprar bananas na cidade de Cravinhos e que sua grande preocupação foi, a certa altura, o que faria quando não tivesse dinheiro para comprá-las. Quanto aos serviços, sua primeira atividade foi no terreiro, tendo verificado que o trabalho ali era mais penoso do que imaginara à princípio. De início, confessa, escolheu os serviços mais pesados para se destacar, mas verificando que sua constituição física não lhe permitia desenvolvê-los a contento, mudou de filosofia e passou a adotar o lema de "trabalhar sempre sem descanso". Observando que certas atividades requeriam mais paciência do que

força, resolveu dedicar-se a elas e vencer pela perseverança. Uma vez testado no terreiro, foi levado para os serviços de beneficiamento do produto, tendo tudo ali lhe parecido mais pesado ainda. Numa outra etapa foi posto à prova no despolpador, onde, a seu ver, era requerido menos dispêndio de força. Segundo suas próprias palavras, depois que passou para aquele setor o domingo tornou-se um dia mais alegre: após lavar sua roupa, ia em visita às diferentes dependências da fazenda para anotar tudo, como prometera a Mizuno. Enfim, foi levado para o escritório onde fazia o serviço de limpeza e de *office boy*.

Segundo Suzuki, seu salário era de 80\$000, mas na realidade recebia 50\$000 dos quais eram descontados 30\$000 das refeições, de maneira que recebia líquido 20\$000 com o que comprava sabão e bananas. Afirma que algumas vezes não tinha dinheiro nem mesmo para telegrafar para Petrópolis. Em sua estada na fazenda verificou que uma família poderia ter um lucro bruto anual da ordem de 2:000\$000, desde que tivesse experiência em serviços físicos o que, aliás comunicara ao Intérprete Oficial, Miura, quando de sua estada em São Paulo.

Não só o Japão procurava, na época, averiguar as condições oferecidas pelo estado de São Paulo aos eventuais emigrantes japoneses, mas o governo paulista, por seu turno, procurou investigar sobre a vantagem ou não da introdução do elemento oriental na lavoura. Carlos Botelho, em relatório de 1907¹⁴, afirmava que, preocupado em abastecer o mercado cafeeiro de braços, procurara atrair novas levas de indivíduos aptos para os trabalhos rurais. Como se encontrasse paralisado o serviço de introdução de imigrantes assalariados, conseguira restabelecer o de angariamento e transporte (com passagem paga pelo Estado) de indivíduos provenientes dos países que habitualmente forneciam elementos. Visto ter sido suspensa a imigração subsidiada em grandes levas, fora reorganizado o serviço de introdução de imigrantes por chamada "de modo a atender-se às necessidades ordinárias de suprimento de braços às fazendas". A prática demonstrara, entretanto, que tal medida não era suficiente e que para cobrir os desfalques periódicos de braços impunha-se restabelecer a imigração subsidiada em grandes levas. Tendo em vista a série de obstáculos impostos pelo governo italiano, o referido secretário confessou ter considerado mais prudente não se limitar apenas às outras importantes fontes fornecedoras, isto é, Espanha e Portugal, e, desta forma resolveu mandar estudar nos Estados Unidos da América do Norte e ilhas Havaí a adaptação do imigrante japonês como empregado assalariado. Nesse sentido, a Secretaria da Agricultura de São Paulo enviou Edmundo da Fonseca, Comissário de Imigração, a diversos países para se inteirar do grau de adaptabilidade dos nipônicos. Este emissário correu a Argentina, o Chile, os Estados Unidos da América do Norte e ilhas Havaí, de cuja

14. Relatório apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura, referente ao ano de 1907. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1908, p. XXIII, XXIV.

viagem elaborou, a 9 de novembro de 1907, uma exposição ao Secretário da Agricultura, Carlos Botelho¹⁵. Por ela, verifica-se que, partindo a 12 de março de 1907, visitou inicialmente a Argentina, onde pouco se deteve por não existirem ali imigrantes daquela procedência. No Chile, o número deles era bastante diminuto e encontravam-se dispersos, estando o problema da imigração nipônica naquele país ainda em fase de estudos, como ocorria no Brasil. Na Califórnia, que visitou em seguida, a opinião geral era desfavorável, atribuindo o relator tal apreciação, em grande parte, ao estado especial em que se encontravam as relações entre os Estados Unidos e o Japão, e, também, a uma certa rivalidade que surgira entre os dois povos. Reconhecia, depois de tudo que vira, serem os japoneses "operários de primeira ordem quer nas fábricas, quer na lavoura". No Texas, observou que havia grande número de orientais trabalhando na lavoura e na conservação das estradas de ferro, gozando da reputação de excelentes operários. Quanto ao Havaí, a opinião geral era-lhes favorável, embora não deixasse de existir ali certa desconfiança por não quererem eles, como ocorria na Califórnia, "submeter-se ao tratamento de raça inferior e exigirem as mesmas atenções dispensadas a qualquer outro". Concluía dizendo que não encontrara nada de desabonador quanto ao caráter, à índole ou às ambições do elemento nipônico. No que diz respeito ao salário, fazia ver que era sempre inferior ao do europeu. A única crítica mais fundamentada que encontrara em toda parte, tanto na Califórnia como no Texas e Havaí, foi o fato de o japonês não se fixar definitivamente no país, não ser assimilado, formando desta maneira um grupo à parte. Quanto ao povoamento, acreditava não ser o japonês o elemento mais indicado, a menos que a distância entre o Brasil e o Japão e a ausência de preconceitos facilitasse a adaptação do oriental às condições do Brasil. Segundo Carlos Botelho¹⁶, desse estudo resultara a aceitação de uma proposta para introdução no estado, a título de ensaio, de 3.000 imigrantes japoneses. Entretanto, antes mesmo do recebimento do relatório final, como já tivemos oportunidade de assinalar, a Câmara dos Deputados recebia a 8 de outubro projeto no sentido de que fosse facilitada a introdução de imigrantes japoneses no estado¹⁷. Finalmente, a 6 de novembro de 1907, o governo paulista firmou um contrato com a Companhia Imperial de Emigração, com sede em Tokyo¹⁸. Com relação à assinatura deste contrato, Carlos Botelho, em relatório anual, dizia: "o pensamento que levou este

15. AESP, PSA, Ano 1907, Maço s/nº, Pasta 1259. Interessado: dr. Edmundo da Fonseca.

16. Relatório apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura, referente ao ano de 1907. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1908, p. XXIV.

17. Anais da Seção Extraordinária e Ordinária de 1906. São Paulo, Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, 1907, p. 406.

18. Relatório apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado pelo dr. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura referente ao ano de 1907. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1908, p. 138, 142.

Secretariado a propor-vos o ensaio desta nova fonte de imigração foi exclusivamente, como já aludi no princípio, a preocupação do fornecimento de braços para a lavoura cafeeira¹⁹, enquanto que o Presidente do Estado considerava conveniente a atração para a lavoura da imigração japonesa, pois concorreria para o início das relações comerciais diretas com o Extremo Oriente e facilitaria a propaganda e o consumo de nosso produto naquela região²⁰.

Os primeiros imigrantes nipônicos não chegaram em maio, como fora previsto em contrato, mas sim em junho. O atraso parece que foi provocado pela dificuldade encontrada no Japão para o recrutamento dos imigrantes com destino ao Brasil; pelo menos foi o que declarou a Legação Imperial do Japão a Carlos Botelho quando, a 27 de março de 1908, solicitou a este último tolerância de um mês para a entrada dos novos elementos no estado²¹.

Ushida, que assinava a solicitação acima, comunicava também que os intérpretes, não especificando o número, haviam deixado Tokyo no dia 25 de março, via Sibéria²². A propósito dos mesmos, Teijiro Suzuki comenta que em abril recebera comunicado de que chegariam ao Brasil 5 intérpretes que viriam trabalhar junto ao primeiro grupo de imigrantes. Conta que foi recebê-los em Santos e que todos desembarcaram a 3 de maio, de terno preto e chapéu. Informa que estes senhores acreditavam que teriam aqui uma posição de certo destaque e que foi grande a decepção que sofreram ao verificarem que sua posição era semelhante à dos fiscais das fazendas. Suzuki confessa que ficou preocupado com o fato, pois se a maioria dos emigrados chegassem assim iludida, ele não saberia como agir²³. Quanto aos imigrantes, dizia Ushida, deixariam o porto de Kobe a 12 de abril, pelo vapor *Kasato Maru*, que viria pelo Cabo da Boa Esperança. Não foi esta, entretanto, a data da partida, mas sim o dia 28 de abril de 1908, como atesta o Cônsul do Brasil no Japão, M. Santos da Silva, em carta datada de Yokohama, 30 de abril²⁴. Nessa missiva, o Cônsul confessava ignorar até aquela data a assinatura de qualquer tratado entre o governo de São Paulo e a companhia nipônica. Aceitara, todavia, como verídicas as informações prestadas pelo Presidente da Companhia de Emigração; assim sendo,

19. *Idem*, p. 137.

20. *Anais da Seção Extraordinária e Ordinária de 1906*. São Paulo, Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, 1907, p. 480.

21. AESP, PSA, Ano 1908, Maço 60, Pasta 1685, p. 8. Interessado: Godofredo da Fonseca. Teijiro Suzuki, em seu trabalho, conta que Miura, Intérprete Oficial, lhe informara que a *Imin Kaisha* estava fazendo propaganda em termos exagerados no Japão sobre as possibilidades oferecidas pelo Brasil, por um lado, e por outro que aquela companhia estava aceitando como imigrantes todos os que se interessassem em vir ao Brasil, não se importando se se tratava de comerciante, marceneiro, ferreiro ou vagabundo. Advertiu Suzuki no sentido de estar preparado para recebê-los, visto que seria responsável por eles (Suzuki, Teijiro - op. cit.).

22. AESP, PSA, Ano 1908, Maço 60, Pasta 1685, p. 8. Interessado: Godofredo da Fonseca.

23. SUZUKI, Teijiro. *Op. cit.*, p. 261.

24. AESP, PSA, Ano 1908, Maço 60. Pasta 999. Interessado: Consulado dos Estados Unidos do Brasil em Yokohama.

dera instruções ao vice-cônsul em Kobe para que procedesse como se os imigrantes fossem introduzidos por conta do governo estadual. Procurando satisfazer todas as formalidades, estivera presente ao embarque, informando ainda que todos os emigrantes haviam sido vacinados e suas bagagens inspecionadas e desinfetadas antes do embarque.

Anexa a esta missiva, enviava o cônsul a lista dos embarcados. Sobre esta, teceu comentários dos quais destacarmos alguns, por esclarecerem determinados pontos e evitarem enganos na crítica dos documentos. Chamava, por exemplo, a atenção para a disparidade que certamente seria notada entre o número de anos apontado para os imigrantes e a data do nascimento dos mesmos, explicando que tal fato era decorrência da maneira especial de calcular as idades no Japão, pois ali a criança ao nascer já é considerada como tendo um ano de idade e no ano seguinte, sem que para isto seja necessário o decurso de 12 meses, tem ela, para todos os efeitos, dois anos. Outro problema apontado referia-se aos chefes de família que eram considerados os parentes mais chegados e mais velhos; assim sendo, muitas vezes, constavam da lista nomes de pessoas que haviam permanecido no Japão. Este fato levara o cônsul a pedir a Mizuno que organizasse a bordo uma lista complementar da qual constassem apenas os chefes que haviam efetivamente embarcado²⁵. Uma outra observação feita dizia respeito à falta de unidade nos passaportes, fato que se explicava por serem eles expedidos por "prefeituras" diferentes, dando umas um único documento por família, enquanto outras os forneciam individualmente. Este pormenor não pudemos verificar pois, infelizmente, não tivemos em mãos passaportes em número suficiente.

Concluindo, o missivista fazia uma análise crítica dos emigrados. Embora se trate de uma opinião subjetiva (como são todas, aliás) e isolada (pois não contamos com outras), acreditamos ser interessante divulgá-la para que, consideradas estas ressalvas, se tenha uma idéia destes primeiros japoneses que vieram para o território paulista. A opinião do informante não era de todo desfavorável, embora os considerasse baixos e feios. Destacava, todavia, os procedentes de Okinawa. É preciso que se faça um parêntese para explicar que os indivíduos daquela procedência são considerados pelos demais japoneses como um tipo de gente à parte; na realidade, eles falam uma espécie de dialeto, o que obriga o emprego de intérprete para serem compreendidos pelo japonês comum²⁶. Pois bem, talvez como reflexo desta distinção, o cônsul destacou-os dos demais, dizendo que eram fortes e

25. Tais dados nos foram de grande utilidade, quando analisamos as listas de bordo das levas que para cá vieram no período que nos propusemos a estudar.

26. José Vizioli em artigo sobre os japoneses informa que um nipônico ao se referir aos okinawanos dissera-lhe um dia que "não se tratava de japoneses e sim de okinawas, provenientes de uma das ilhas situadas ao sul do Japão e cujos habitantes eram descendentes de piratas chineses" (VIZIOLI, José. A política migratória japonesa: In: Diários Associados - Brasil e Japão; duas civilizações que se completam. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1934, p. 302).

resistentes, muito dados à agricultura, acreditando mesmo que seriam bastante apreciados em São Paulo. Finalmente, era de opinião que não seria possível exigir do oriental mais que dois terços da produção de um europeu e, isto se verificando, os salários deveriam ser proporcionais a esta diferença de produtividade. Foi, portanto, precedidos de julgamentos como este que os imigrantes orientais adentraram o território paulista. O tempo encarregou-se de confirmar certas apreensões e refutar outras.

A lista citada pelo cônsul brasileiro vinha assinada pelo presidente da *Kokoku Shokumin Kaisha* ou Companhia Imperial de Emigração, datada de Kobe, 22 de abril de 1908²⁷. Indicava, entre outras coisas, que os primeiros imigrantes com destino ao Brasil haviam embarcado a bordo do navio *Kasato Maru*²⁸, tendo por capitão A. G. Stevens, e como médico de bordo o dr. I. Iwama²⁹.

Jogando com dados fornecidos pela lista vinda de Kobe³⁰, os extraídos do Livro de Registro da Hospedaria de São Paulo³¹, Lista de bordo do navio *Kasato Maru*³² e a relação existente no Consulado do Japão em São Paulo³³, procuramos fazer uma análise discriminada da composição dessa primeira leva.

Quanto aos dados numéricos, as fontes em geral não são concordes. Assim, no que diz respeito à procedência dos imigrantes, o levantamento que realizamos na Hospedaria dá como entradas 781 pessoas, sendo 324 de Okinawa, 172 de Kagoshima, 107 de Fukushima, 66 de Hiroshima, 49 de Kumamoto, 21 de Ehime, 20 de Yamaguchi, 10 de Miyagi, 9 de Niigata e 3 de Tokyo. Já a lista do Consulado difere desta quando apresenta como vindos de Fukushima 77 e não 107; de Hiroshima 42 e não 66; de Kumamoto 79 e não 49; de Yamaguchi 30 e não 20, além de apontar 14 pessoas como vindas de Kochi, num total de 782 pessoas³⁴.

27. AESP, PSA, Ano 1908, Maço 60. Pasta 999. Interessado: Consulado dos Estados Unidos do Brasil em Yokohama.
28. O cônsul brasileiro no Japão, M. Santos da Silva, informa que o *Kasato Maru* era o ex-*Kaiserin*, antigo navio-hospital russo encontrado em Port Arthur pelos japoneses (AESP, PSA, Ano 1908, Maço 60, Pasta 999. Interessado: Consulado dos Estados Unidos do Brasil em Yokohama).
29. *Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo (HISP)*, Lista de bordo do navio *Kasato Maru*, aportado em Santos a 18 de junho de 1908.
30. AESP, PSA, Ano 1908, Maço 60, Pasta 999. Interessado: Consulado dos Estados Unidos do Brasil em Yokohama.
31. *HISP*, Livro de Registro de Imigrantes, com contrato, nº 1 (1/1/1908 e 16/5/1913), p. 12-28.
32. *HISP*, Lista de bordo do navio *Kasato Maru*, aportado em Santos a 18 de junho de 1908.
33. *Consulado Geral do Japão em São Paulo (CGJSP)*, Lista nominal dos imigrantes do *Kasato Maru*. Cia. *Takemura Imm Kaisha*.
34. Do total, 732, deve ser descontado um elemento que foi diretamente para a Argentina. Na lista confeccionada em Kobe, há anotados 11 nipônicos vindos de Kochi. Entretanto, não há qualquer referência a eles no Livro de Registro da Hospedaria. Em nossas pesquisas, deparamos com um comunicado do Governador da Província de Kochi ao Encarregado do setor de Comércio e Comunicação de 16 de março de 1918, indagando a forma de envio de dinheiro para um imigrante daquela província, que no ano 41 Meiji (1908) havia ido para o Brasil e que, na ocasião do comunicado encontrava-se em Agudos, doente, e que desejava voltar ao Japão, mas não tinha os meios necessários (IEB, Microfilme.

Com relação ao número de pessoas, a Hospedaria anota a vinda de 166 famílias e 40 elementos isolados, enquanto os dados do Consulado são de que chegaram ao estado 165 famílias e 51 elementos avulsos, afora 10 espontâneos, isto é, que não tiveram a passagem paga pelo governo: 2 famílias, de 3 elementos cada, vindas de Kochi e Hyogo e os outros 4 de Yamaguchi, Nagano, Kumamoto e um elemento de procedência não identificada. A Lista de Bordo já aponta como espontâneos 11 imigrantes e não 10, entre eles carpinteiros, agrônomos, agricultores, artistas e doméstica. De acordo com o que pudemos levantar na Hospedaria, verificamos que esta leva trouxe o montante de 7.790 yen, 36 dólares e 2 libras³⁵, sendo que a porcentagem de menores de 12 anos foi da ordem de 2,1%, pois no caso somente registramos a presença de 17 crianças³⁶.

As famílias, em sua grande maioria de 3 elementos (número mínimo exigido em contrato) aptos ao trabalho eram muitas do tipo de "famílias compostas" na terminologia de Hiroshi Saito³⁷, isto é, contavam com elementos sem laços sangüíneos com os demais. Segundo este sociólogo, os imigrantes lançavam mão dessa prática muitas vezes para se enquadrarem nas exigências contratuais quanto ao número mínimo de elementos por família aptos ao trabalho ou, então, para economizar as despesas de viagem. Desta maneira, eram incorporadas a uma família pessoas estranhas a ela, aparentadas ou não. Este artifício trouxe consigo uma série de problemas.

A chegada desse primeiro grupo de imigrantes era aguardada pelas autoridades interessadas para o mês de junho de 1908, pois o Secretário da Agricultura fora telegraficamente informado da partida dos nipônicos, do porto de Kobe, no dia 28 de abril com destino ao Brasil³⁸. Alguns dias depois do recebimento desta informação, a Legação Imperial do Japão, com sede em Petrópolis, encarregou seu

Japão. Ministério das Relações Exteriores, 1868/1945, R. 4, F.3055). Esta é mais uma prova de que vieram elementos de Kochi na primeira leva.

35. Em 1908, 7.790 yen correspondiam a 2.516\$086 réis; 36 dólares, a 118\$908; 2 libras a 31\$966.

36. O que se explica pelo fato do imigrante vir com a idéia de voltar e dado o alto custo da passagem.

37. SAITO, Hiroshi. *O japonês no Brasil*, cit., p. 61. Amândio Sobral, Inspetor de Agricultura, em artigo do *Correio Paulistano* de 25 jun./1908, a propósito do *Kasato Maru*, informava que trazia a bordo 781 imigrantes agrupados em 164 famílias constituídas, em média, por 4,5 indivíduos. Avulsos vieram 37, sendo o número de crianças insignificante e o de velhos nulo. Com menos de 3 anos, apenas 4, sendo o mesmo número de crianças entre 7 e 12 anos. Afora os imigrantes, vieram 11 maiores de 12 anos e uma criança entre 3 e 7 anos que foram introduzidos na qualidade de espontâneos, pois não tiveram suas passagens pagas pelo governo. Como se nota, sob o ponto de vista numérico, as informações são as mais diversas, de acordo com a fonte tomada. Segundo nosso levantamento, a primeira leva era composta por 71 famílias de 3 elementos; 34, de 4; 17, de 5; 18, de 6; 10, de 7; 5, de 8; 5, de 9; 4, de 10; além de 40 isolados.

38. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 30 abr./1908. Aliás, com relação ao atraso na chegada dos primeiros imigrantes em função da data prevista, o Secretário da Agricultura oficiou ao Ministro do Japão, acreditado junto ao governo brasileiro, no sentido de que o governo os receberia até o fim do mês de junho, reservando-se porém o direito de os localizar onde entendesse (*Correio Paulistano*. São Paulo, 25 abr./1908).

secretário, Arajuru Miura, de visitar as fazendas e assistir nelas à localização dos japoneses³⁹.

Finalmente, a 18 de junho de 1908, atracou no porto de Santos, às 11 horas e 17 minutos, o vapor *Kasato Maru*, trazendo a bordo os primeiros japoneses que vieram trabalhar na lavoura cafeeira paulista⁴⁰, dando início, então, à imigração japonesa no estado de São Paulo. Tomoo Handa discorre em sua obra, com detalhes, sobre a chegada dos primeiros imigrantes⁴¹. Segundo o autor, o fato de ter o *Maru* atracado em Santos, em pleno período das festas juninas fez com que os imigrantes pensassem que os fogos, balões, etc eram em sua homenagem. A *Tribuna santista* em seu noticiário a respeito da chegada dos japoneses, afora outros comentários, afirmava: "Parabéns à lavoura paulista, apesar de que, a nosso ver, não é caso para isso. A experiência tem demonstrado que essa colonização asiática tem dado mau resultado em toda parte. Os japoneses não se adaptam aos países em que vivem, são refratários aos usos e costumes alheios, constituem, fora da pátria, uma sociedade sua própria, como acontece na América do Norte"⁴². No dia seguinte os nipônicos chegaram à capital paulista às 13 horas e 45 minutos, em trem especial que os transportou do litoral para o planalto, tendo sido recolhidos à Hospedaria, onde foram vacinados pelos inspetores sanitários e imediatamente alojados, pois todas as instalações já haviam sido convenientemente preparadas⁴³, sendo que o próprio Secretário da Agricultura se preocupara neste particular, tendo inclusive visitado a Hospedaria de Imigrantes e a Agência de Colonização e tomado as providências necessárias para o alojamento dos imigrantes⁴⁴.

O Inspetor de Agricultura, J. Amândio Sobral, em artigo intitulado "Os japoneses em São Paulo", datado de 22 de junho de 1908 e publicado no *Correio Paulistano*⁴⁵, discorre sobre a impressão que tivera com o primeiro grupo de japoneses que, após 52 dias de viagem, tendo aportado apenas em Singapura na

39. AESP, PSA, Ano 1908, Maço 60, Pasta 1019. Interessado: Ministério do Japão. A este respeito, o jornal *O Estado de S. Paulo*, a 17 de junho, noticiava que no dia seguinte, haviam conferenciado com

Antônio Cândido Rodrigues (Secretário de Agricultura), A. Miura e Rafael Monteiro, tendo o Secretário incumbido a José Lourenço Fraga (Diretor da Hospedaria de Imigrantes) de acompanhá-los até Santos.

40. HISP. Lista de Bordo do navio *Kasato Maru*, aportado em Santos a 18 de junho de 1908. Em sua viagem de volta o *Kasato Maru* transportaria um carregamento de 10.000 sacas de café para Capetown no sul da África. Às 10.000 sacas, embarcadas em Santos, seriam acrescentadas outras, no porto do Rio de Janeiro.

41. HANDA, Tomoo. *História da vida do imigrante* (transl. Imin no seikatsu no Rekichi). S.I., Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1970, p. 10.

42. A *Tribuna*. Santos, 19 jun./1908.

43. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 19 jun./1908.

44. *Correio Paulistano*, São Paulo, 18 jun./1908. Segundo Suzuki, tudo foi preparado na Hospedaria com esmero para recebê-los, sendo que a banheira, que nunca havia sido usada, fora inclusive cheia com água quente para o banho, operação que foi repetida individualmente (SUZUKI, Teijiro. *Hakoku Nippon Imin...*).

45. *Correio Paulistano*. São Paulo, 25 jun./1908.

Ásia e na cidade do Cabo, na África, haviam desembarcado em Santos no dia 18 daquele mês. Segundo suas palavras, o navio em questão apresentava-se com uma limpeza "inexcedível", apesar dos imigrantes serem provenientes de humilde camada social do Japão. Houve quem afirmasse, dizia, que o navio apresentava na 3^a classe mais asseio e limpeza que qualquer 1^a classe de transatlântico europeu. Causou admiração também o fato de terem desembarcado do vagão, depois de 4 horas de viagem, junto à Hospedaria, no trem especial que os trouxera, na mais perfeita ordem. Outro pormenor que lhe chamou a atenção foi o fato de todos estarem vestidos à moda européia: os homens de chapéu ou boné e as mulheres de saia e "camiseta pegada à saia", cinto e chapéu, dos mais simples, preso à cabeça por um elástico e ornado com grampo. Todos estavam calçados com botinas, borzeguins ou sapatos baratos (com ferro na sola) e usavam meias. Informava Sobral que as roupas haviam sido adquiridas por eles no Japão, sendo que lhe chamou a atenção o fato das mulheres trazerem as mãos calçadas com luvas brancas e os homens usarem gravatas. Alguns imigrantes, que haviam sido soldados na última guerra, ostentavam no peito suas condecorações. Muitos deles traziam pequenas bandeiras de seda, do Japão e do Brasil, em haste de bambu, pintada, ou em lança de metal amarelo. Conta que, uma vez chegados à Hospedaria, foram encaminhados para o refeitório. Causou profunda admiração o fato de o terem deixado em perfeita ordem e limpeza, o que contrastava com o que era comum entre os demais imigrantes, tendo ocorrido o mesmo com relação aos dormitórios. Todos foram vacinados no dia seguinte, mesmo os que já o haviam sido anteriormente.

É interessante anotar a impressão do brasileiro com relação ao japonês para depois compará-la com a opinião destes, nos aspectos sobre os quais nos foi possível obter dados. Assim, segundo Sobral, eles vinham recebendo "bem a nossa alimentação, feita à nossa moda e com os nossos temperos, e nem um só caso de doença intestinal se manifestou até agora. Só dois leves casos de gripe e algumas dores de cabeça (de ligeiras constipações) em menos de duas dezenas de pessoas". O asseio corporal os levava a tomar banhos diários e trocar roupas limpas. Entre a bagagem dos japoneses havia sempre uma caixa de "pó dentífrico", escova de dentes, "raspadeira para língua", pente para cabelo e navalha de barba; sendo notado também que se barbeavam sem sabão, só com água.

Quanto à bagagem, dizia que, para menos de 800 pessoas, foram trazidas 1.100 malas na sua maior parte de vime branco e algumas de lona pintada, contrastando com os baús de folha e as trouxas dos operários comuns. Em suas bagagens havia roupas indispensáveis e objetos de uso diário: pasta de dentes, um frasco de conserva, um de molho para temperar comida, uma ou outra raiz medicinal, "as indispensáveis e esquisitas travesseiras, pequeninas e altas, de madeira forrada de veludo ou de bambu fino, flexível"; cobertores, acolchoados, casacões contra o frio, ferramentas pequenas, sendo as de marceneiro muito diferentes das nossas; um ou dois livros; uma caixa de papel para cartas, nanquim para escrever; "pauzinhos"

(por vezes de alumínio) para comer arroz; colheres pequenas (largas e chatas) para as refeições, além de muitas outras miudezas. Aponta o fato de ter visto só um quimono. Toda a bagagem, segundo o Inspetor, foi cuidadosamente examinada durante dois dias inteiros e causou espécie aos funcionários da Alfândega de Santos o fato de não ter sido encontrado qualquer contrabando⁴⁶. Ao contrário da *Tribuna*, de Santos, de 10 de junho, à que já nos referimos, Sobral concluía seu artigo com um voto de confiança no imigrante, pois afirmava que "a raça é muito diferente, mas não é inferior. Não façamos antes do tempo, juízos temerários a respeito da ação do japonês no trabalho nacional".

Teijiro Suzuki narra em seu livro que os imigrantes queriam conhecer a cidade, mas os intérpretes se recusaram a levar as mulheres porque estavam vestidas de preto, com chapéu de palha grande enfeitados com flores vermelhas e que tiveram vergonha de sair com elas pelas ruas, pois além da vestimenta andavam com "passos miúdos e desajeitados". Resultado: mostraram apenas uma parte do Brás, fazendo crer aos imigrantes de que se tratava da cidade. Logo, esses primeiros elementos entrados não conheciam o centro⁴⁷, pois da Hospedaria foram para as fazendas. Os imigrantes permaneceram naquela repartição estadual apenas por alguns dias, tendo logo sido encaminhados para as diferentes propriedades agrícolas do estado com as quais o governo havia previamente entrado em acordo⁴⁸.

Tomoo Handa conta que, na viagem de trem da Hospedaria para as fazendas, os imigrantes levaram marmitas fornecidas por aquela repartição do governo. Nas havia pão e lingüiça. O pão era redondo e grande, suficiente em tamanho, mas feito com farinha de tipo inferior e muito duro (tipo italiano); os japoneses não gostaram, mas o sal ajudava a comê-los. Quanto à lingüiça, não a conheciam: o cheiro dos temperos como alho, sal e pimenta-do-reino, bem como o aspecto, fizeram com que a maioria não a conseguisse engolir. Muitos as jogaram pelas janelas do trem. Segundo Handa, um dos nipônicos ofereceu sua porção a um brasileiro que ficou muito feliz. Isto o levou a arrebanhar as porções dos companheiros e nas estações em que o trem parava, trocava-as por qualquer quantia em dinheiro, pois não

46. A propósito da bagagem dos italianos, embora se trate de período imperial, vide: HUTTER, Lucy Maffei, *Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889): os primeiros contactos do imigrante com o Brasil*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, p. 69.

47. SUZUKI, Teijiro. *Hakoku Nippon...* cit.

48. O jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 3 de junho de 1908 publicou uma nota da Agência Oficial de Colonização e Trabalho, do dia 27 de maio, intitulada "colonos japoneses", comunicando aos senhores fazendeiros que aquela agência estaria recebendo dos proprietários de terras, até o dia 5, pedidos por escrito de imigrantes japoneses para a lavoura cafeeira para o que era necessário firmar um contrato com o governo. Era especificado que por tratar-se de elemento novo, estando portanto o governo interessado em acompanhar de perto sua adaptação por ser pequeno o número de intérpretes com que contavam, o governo daria preferência aos proprietários que solicitassesem maior número de colonos.

conhecia o valor do mesmo, no que foi imitado por outros. Afora a lingüiça, serviram de material de troca lenços de seda e objetos de uso pessoal⁴⁹.

Antes mesmo de findar o mês de junho, a mão-de-obra recém-introduzida foi distribuída entre 6 das principais propriedades agrícolas da época⁵⁰, a saber:

FAZENDA	PROPRIETÁRIO	ESTAÇÃO	MUNICÍPIO
Dumont	Cia Agr. Faz. Dumont	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto ⁵¹
Guatapará	D. Albertina Prado e Filhos	Guatapará	Ribeirão Preto ⁵²
São Martinho	Cia. Agr. São Martinho	Martinho	Sertãozinho ⁵³
Sobrado	Fco. Antº de Souza Queiroz	Treze de Maio	S. Manuel
Floresta	Godofredo da Fonseca	Pimenta	Indaiatuba
Chanaan	S. Paulo Coffee States	Chanaan	S. Simão

49. HANADA, Tomoo. *Imin no seikatsu...* cit., p. 28-9.

50. HISP. Livro de registro de imigrantes por conta do estado, com contrato, nº 1 (1/1/1908 a 16/5/1913), p. 12-28.

51. Martinho Prado abriu uma fazenda que recebeu o nome de sua esposa d. Albertina, no município de Ribeirão Preto, onde plantou 600 mil pés de café Bourbon. Foram colhidas cerca de 90 mil arrobas de café no ano de 1891. Em 1908 a referida propriedade agrícola fazia parte das terras da Companhia Agrícola Fazenda Dumont que a havia adquirido a 29 de dezembro do ano anterior, pela quantia de 2 contos e 450 mil réis (2.450\$000), preço considerado, na época, fabuloso (*In Memoriam Martinho Prado Junior 1843/1943*. São Paulo, s.d., p. 19, 60). Segundo publicação da Secretaria da Agricultura, esta propriedade em 1920 contava com 2.420.000 pés de café. (*O café: estatística de produção e comércio em 1920 em São Paulo*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1921, p. 125).
52. Em Ribeirão Preto, Martinho Prado adquiriu em 1895, por 75 contos de réis, do dr. João Franco de Moraes Otávio, 6 mil alqueires, onde formou uma grande fazenda, denominada Guatapará, tendo ali plantado, em pouco tempo, 1 milhão e 800 mil cafeeiros; com a derrubada e queimeira de 280 alqueires de mato, plantou em um só ano 500 mil pés de café. O plantio da rubácea foi executado nas melhores condições possíveis: pouca cultura intercalada, carpa bem feita nas épocas oportunas, o que contribuiu para a formação de um grande cafezal. Quanto à instalação, grande parte do café vinha do cafezal para a sede "por água, e em canal de tijolo (...). Desembocava esse canal nos lavadores e despolpadores, construídos sobre grandes terreiros ladrilhados. As tulhas, mais baixas que os terreiros, recebiam o café por cima. Em nível inferior foram instaladas as máquinas de beneficiar. Por um túnel transportador, cujo piso era de madeira bem lisa, em grande declive, as sacas eram escorregadas do armazém contíguo às máquinas até as carroças que as transportavam para a estação". Sem dúvida tais instalações eram bastante avançadas para a época. Para que se tenha uma idéia da importância desta propriedade agrícola, sua produção em 1906 foi de 365 mil arrobas em 200 mil pés de café formados (*In Memoriam...* Ed. cit., p. 19, 20, 60).
53. Antônio Prado adquiriu em 1889 a fazenda São Martinho, em companhia de seu pai e um irmão, tendo o pai ficado com a metade, os irmãos dividiram, entre si, a outra porção. A propriedade era constituída por 12.000 alqueires, com apenas 70 mil pés de café plantados. Antônio Prado transformou-a em um domínio de 3 milhões de cafeeiros (*In Memoriam...* Ed. cit., p. 22, 23; PRADO, Antônio da Silva. *Antônio Prado no Império e na República: seus discursos e atos colligidos e apresentados por sua filha Nazareth Prado*. Rio de Janeiro, F. Bruguet & Cia., 1929, p. 41).

Foram colocados na lavoura tanto as famílias como os elementos isolados. A distribuição deu-se da seguinte forma:

FAZENDA	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE AVULSOS	TOTAL DE PESSOAS
Dumont	51	13	210 (11 menores)
Guatapará	23	6	90 (4 menores)
São Martinho	27	12	99
Sobrado	15	-	49
Floresta	24	3	170 (1 menor)
Chanaan	24	6	155

No Japão, até hoje, existe um grande laço de união entre elementos de uma mesma região, sendo que esta característica perdura entre os emigrados, também no Brasil, até nossos dias, se bem que hoje não tão evidente⁵⁴. Na distribuição dos nipônicos pela lavoura foi respeitada, na medida do possível, essa particularidade. Assim, para a fazenda Dumont, foram encaminhados os provenientes de Fukushima, Kumamoto, Kagoshima, Hiroshima, Miyagi e Tokyo; para Guatapará, os de Kagoshima, Niigata e Hiroshima; para São Martinho, os restantes de Kagoshima; para Sobrado, os de Yamaguchi e Ehime; para Floresta, os de Okinawa e para a propriedade de São Paulo Coffee States os demais de Okinawa⁵⁵.

Alguns permaneceram desde logo na Capital. Assim ocorreu, por exemplo, com dois indivíduos, maiores, sem família, que ficaram a serviço do dr. Francisco P. Ramos de Azevedo. Outros dois, em idênticas condições, fizeram o mesmo, mas trabalhando por conta própria. Finalmente, uma família, composta apenas de dois membros, estabeleceu-se a serviço de Francisco Amaro⁵⁶.

O certo é que, antes do término do mês de junho, como tivemos oportunidade de assinalar, todos os imigrantes japoneses já haviam sido colocados. No início do mês seguinte, a 8 de julho de 1908, o fazendeiro Antônio de Almeida Sampaio solicitava ao Secretário da Agricultura, Antônio Cândido Rodrigues, 25 famílias japonesas, num total de 100 trabalhadores, mais ou menos, para lavrarem suas terras situadas no município de Indaiatuba ou, mais precisamente, na estação de Pimenta.

54. Mesmo assim percebe-se facilmente tal tendência na formação de clubes, nas relações de amizade etc. Com muitos japoneses que tiveram oportunidade de dialogar, percebemos tal tendência. "Eu sou de Kumamoto", "Eu sou de Hiroshima", "Eu sou de Yamagushi", e assim por diante.

55. Como estes dados foram obtidos na Hospedaria, não há citação dos originários de Kochi.

56. AESP, PSA, Ano 1908, Maço 53, Pasta 1121. Interessado: Wilson, Sons & Cia. Limited. Segundo Handa, dos 10 que aqui permaneceram, 1 era marceneiro, 1 ferreiro, 1 costureiro e outros dois começaram o plantio de verduras. Um casal empregou-se como doméstico; uma outra pessoa empregou-se na filial da *Imin Kalsha*. Além destes ficaram ainda na cidade um marceneiro que fugira do navio e Uetsuka Shuhei que veio na qualidade de representante da *Imin Kalsha* trabalhar em São Paulo (HANDA, Tomoo. *Imin no seikatsu...*, cit., p. 168).

O Diretor da Agência Oficial de Colonização e Trabalho, Eugênio Lefèvre, em despacho do dia 16 do referido mês, determinava fosse dada resposta ao solicitante, explicando que todos os colonos daquela origem que haviam desembarcado no mês anterior já haviam sido colocados e que, a não ser que surgissem problemas em sua adaptação, o representante só poderia obter o que desejava se o governo, à vista dos resultados dessa primeira tentativa, autorizasse a vinda de uma nova leva, o que, todavia, só ocorreria em abril do ano seguinte, como rezava o contrato⁵⁷.

Tomoo Handa, em sua obra, apresenta dados ilustrativos quanto às primeiras impressões e dificuldades encontradas pelos japoneses ao entrarem nas fazendas. Assim, conta que os que se dirigiram para a fazenda Dumont, por exemplo, foram recebidos na estação por uma “fanfarra”. Os pacotes, as crianças e as mulheres seguiram de carroça, enquanto os homens fizeram a caminhada a pé para a fazenda. Ali foram recebidos pelo patrão, pelo administrador e pelo fiscal. Depois, no refeitório, foi-lhes oferecida alimentação composta de arroz e feijão. Estranharam muito o fato do primeiro prato ser feito com óleo (observação feita também por Suzuki) e os grãos de arroz, servidos meio duros, pois no Japão este prato é feito sem tempero e a consistência é diferente; quanto ao feijão, surpreendeu-os por ser em primeiro lugar, um prato salgado, quando no Japão ele é servido com açúcar ou em forma de doce, mas muito mais se espantaram foi de encontrar misturado ao feijão... pé de porco! Todavia, segundo Handa, preferiram esta refeição à lingüica, cujo cheiro forte, de certa forma, os repugnava. Afora estes pratos, receberam ainda uma caneca (de café) com açúcar mascavo, tendo só então seguido para a colônia. Esta era composta por uma série de casas que o autor descreve como escuras e não assoalhadas, isto é, em terra batida ou revestida de tijolos. Não havia camas, pois somente algumas fazendas as improvisaram com tábuas, visto que cabia aos colonos providenciá-las. Os que chegavam ao anoitecer se acomodavam como podiam: estendiam o futom (acolchoado) para dormir e os que não o possuíam improvisavam leitos com palha ou capim. Handa é categórico ao afirmar: nessa noite é que os imigrantes perceberam que a realidade era bem outra do que haviam imaginado⁵⁸. Logo no segundo dia, o intérprete Kato, em visita aos imigrantes, recebeu várias reclamações, pois diziam que aquela situação era própria de um animal e não de um homem⁵⁹.

Desde o primeiro dia, portanto, o imigrante japonês sentiu que o Brasil, tão decantado pelos propagandistas, era na realidade uma pátria bem diversa daquela que haviam deixado com o fito de tentar a sorte fora.

57. AESP, PSA, Ano 1908, Maço 63, Pasta 1184. Interessado: Antônio de Almeida Sampaio.

58. HANNA, Tomoo. *Imin no sei Katsu...* Ed. cit, p. 30-1.

59. Idem, p. 41. Aliás, os intérpretes também se desiludiram desde logo, pois vieram com idéia de que não fariam nada a não ser servirem de intérpretes e andarem bem vestidos... Entretanto, verificaram que além de trabalharem na fazenda, vestir-se-iam de algodão e, afora isso, não teriam dinheiro... (SUZUKI, Teijiro. *Hakoku Nippon Imin..., cit.*)